

DESPACHO DE ACEITAÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL

Processo n.º: 1234/2026 – Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais – Menor de 8 anos

Vara: Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

Juiz: Juiz de Direito **Dr. Carlos Alberto Mendes**

Requerente: Maria da Conceição Silva, residente em Rua da Estrela, n.º 45, 2.º Dto., 1200-111 Lisboa, NIF 123 456 789

Requerido: José António Pereira, residente em Avenida da República, n.º 78, 3.º Esq., 4000-120 Porto, NIF 987 654 321

Mandatários:

- **Dr. Ana Sofia Martins**, Ordem dos Advogados 12345, escritório em Rua da Constituição, n.º 12, 1050-150 Lisboa

- **Dr. Luís Fernando Carvalho**, Ordem dos Advogados 67890, escritório em Avenida dos Aliados, n.º 34, 4000-200 Porto

Data: 22 de fevereiro de 2026

I – Relatório

1. Foi apresentada a **Petição Inicial** (fls. 1/12) pela requerente, acompanhada dos documentos listados nas fls. 13/20, nos termos do artigo 562.º do Código de Processo Civil, com o pedido de modificação da regulação das responsabilidades parentais da menor **Ana Sofia Pereira**, de 8 (oito) anos, em virtude da mudança unilateral de residência do pai para outra cidade, do incumprimento do regime de visitas estabelecido e da alegada instabilidade emocional da criança.
2. A petição foi subscrita pelos mandatários da requerente, devidamente constituídos nos autos, e cumpre os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 562.º a 564.º do CPC.
3. Não foram opostas preliminares nem apresentadas impugnações à petição inicial até à presente data.

II – Fundamentação

De acordo com o artigo 1918.º do Código Civil, o melhor interesse da criança deve prevalecer na fixação ou alteração da guarda e do regime de visitas. O juiz, ao apreciar a petição inicial, verifica que a parte requerente cumpre o ónus da prova de facto relativo à mudança de residência do pai e ao incumprimento do regime de visitas, nos termos do artigo 1919.º do Código Civil, bem como à necessidade de visitas supervisionadas para salvaguardar o bem-estar da menor.

Assim, estando a petição inicial em conformidade com os requisitos legais, não há impedimento para a sua aceitação e prosseguimento do processo.

III – Decisão

1. **Aceito** a petição inicial, determinando a **registo da presente ação** nos autos do processo n.º 1234/2026.
2. **Intimo** o requerente a apresentar, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, os seguintes documentos complementares:

N.º	Documento a apresentar	Prazo
1	Certidão de residência atual do requerente	15 dias úteis
2	Relatório psicológico da menor (últimos 12 meses)	15 dias úteis
3	Prova documental da mudança de residência do requerido (ex.: contrato de arrendamento ou comprovativo de compra)	15 dias úteis

N.º	Documento a apresentar	Prazo
4	Declarações de testemunhas que comprovem o incumprimento do regime de visitas	15 dias úteis

3. **Intimo** o requerido, através do seu mandatário, a apresentar contestação, nos termos do artigo 562.º, n.º 2, do CPC, no prazo de **20 (vinte) dias úteis** a contar da notificação deste despacho.
4. **Designo** audiência de conciliação e mediação a realizar **no dia 15 de março de 2026, às 10h00**, na Sala de Conciliação da Vara da Família e dos Menores de Lisboa, devendo as partes comparecer acompanhadas dos respetivos mandatários.
5. **Nomeio** perito psicólogo, **Dra. Sofia Ribeiro**, para a elaboração de relatório de avaliação do estado emocional da menor, a ser realizado no prazo de **30 (trinta) dias** a contar da sua notificação.
6. **Determino** que, até à decisão final, a guarda da menor continue a ser **exercida conjuntamente**, nos termos do regime atualmente vigente, sendo **suspensas as visitas não supervisionadas** e instaurado o regime de **visitas supervisionadas** a ser definido em conjunto com o perito nomeado.
7. **Comunico** que, nos termos do artigo 563.º do CPC, a eventual produção de prova testemunhal ou pericial será realizada em audiência própria, a ser marcada oportunamente.

IV – Notificação

O presente despacho será notificado às partes e aos seus mandatários, por meio de publicação no Diário da República Eletrónico e por carta com aviso de receção, nos termos do artigo 217.º do CPC.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

Dr. Carlos Alberto Mendes

Juiz de Direito da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

Documento emitido eletronicamente, com assinatura digital reconhecida nos termos da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, e do Decreto-Lei n.º 84/2020, de 9 de maio.